

Assunto: Impugnação (EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2019)
De: Andreotte Norbim <andreotte@gmail.com>
Data: Sexta, Fevereiro de 15 de 2019 10:59 BRST
Para: licitacao@codevasf.gov.br
Responder-Para: Andreotte Norbim <andreotte@gmail.com>
5 arquivos

PROC/FL 03
59500.000308/19-85
PROTOCOLO SEDE

**Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial da Comissão de Licitação da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
(CODEVASF).**

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2019
PROCESSO N.º 59500.001267/2018-63

LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40, com sede na Rua Fortunato Ramos, nº 245, salas nº1207/08, Vitória-ES, CEP.: 29.056-020, vem respeitosamente por meio de seu advogado com procuração em anexo, como interessado no certame licitatório supracitado, propor a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face ao **EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2019 - PROCESSO N.º 59500.001267/2018-63)**, o que faz em razão dos fatos e fundamentos jurídicos adiante delineados:

01-DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE:

A impugnante tem interesse em participar na licitação promovida por esta COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (Codevasf), cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços no fornecimento do auxílio alimentação/refeição.

Assim, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 8.666/93 e 10.520/02), qualquer parte interessada tem legitimidade para impugnar edital de licitação, em até **02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública de Pregão**, não restando, portanto, dúvidas quanto à pontualidade da presente minuta.

--

Andreotte Norbim Lanes
Advogado - OAB/ES 10.420
(27) 99999-9916



Procuração (Le Card).pdf (59.5 KiB)



Contrato Social (Le Card).pdf (610 KiB)



ID FLAVIO (AUTENTICIDADE).pdf (199 KiB)



ID FLAVIO.pdf (1020 KiB)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA (CODEVASF).

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2019

PROCESSO N.º 59500.001267/2018-63

LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40, com sede na Rua Fortunato Ramos, nº 245, salas nº1207/08, Vitória-ES, CEP.: 29.056-020, vem respeitosamente por meio de seu advogado com procuração em anexo, como interessado no certame licitatório supracitado, propor a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face ao EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2019 - PROCESSO N.º 59500.001267/2018-63), o que faz em razão dos fatos e fundamentos jurídicos adiante delineados:

01- DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE:

A impugnante tem interesse em participar na licitação promovida por esta COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (Codevasf), cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços no fornecimento do auxílio alimentação/refeição.

Assim, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 8.666/93 e 10.520/02), qualquer parte interessada tem legitimidade para impugnar edital de licitação, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública de Pregão, não restando, portanto, dúvidas quanto à pontualidade da presente minuta.

02- DOS FATOS:

Trata-se de edital que por objeto a contratação de empresa administradora do auxílio alimentação/refeição por meio de cartão magnético e/ou eletrônico com tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), para atender aos empregados, comissionados, Diretores e Diretor-Presidente da Codevasf.

Consta no edital que será admitida proposta apresentada com taxa de administração negativa e, que inclusive tal taxa será utilizada como critério de julgamento da referida oferta, itens 9.1.1 e 9.2, conforme transcritas:

9.1.1. Será considerado o menor preço global aquele constituído pelo valor facial dos auxílios alimentação e/ou auxílios refeição, equivalente ao quantitativo total anual solicitado pela

Codevasf, conforme item 14 deste Edital, observado o item 8 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, com a menor taxa de administração (positiva ou negativa (desconto). A oferta da taxa de administração (positiva ou negativa) deverá ser posteriormente informada na proposta, após o “aceite” na forma de percentual, para efeito de pagamento mensal dos auxílios.

9.2. Para efeito de classificação das propostas, será considerado o MENOR PREÇO GLOBAL, sendo adjudicado à empresa licitante que apresentar o lance de menor preço global (valor global anual de acordo com o item 14 do Edital, com o valor da taxa de administração – positiva ou negativa) e atenda às exigências editalícias.

Por fim é posto ainda que o fornecimento do auxílio alimentação/refeição deverá ser concedido “em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, para atender aos empregados, comissionados, Diretores e Diretor-Presidente da Codevasf”; in verbis:

1.1.1. Fornecimento do auxílio alimentação/refeição por meio de cartão magnético e/ou eletrônico com tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, para atender aos empregados, comissionados, Diretores e Diretor-Presidente da Codevasf.

3. DAS RAZÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS (DO MÉRITO)

3.A - DO PARADOXO DO EDITAL:

É incontestado que toda formação de licitação pública estará sujeito, obrigatoriamente, as premissas constitucionais preconizada em nossa carta magna, *in casu* no próprio caput do art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de LEGALIDADE, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Assim, considerando a natureza jurídica da CODEVASF (empresa pública) com empregados públicos e comissionados em sua composição, ao exigir em seu EDITAL que as empresas participantes do certame apresentem propostas com TAXAS NEGATIVAS, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador, esbarra na Lei nº 6.321/76 (PAT), pois esta não admite neste objeto de licitação a disputa com “a taxa de administração negativa (desconto)”.

Admitir taxa de administração negativa é na verdade um grande CONTRASSENSE, pois, este requerimento no edital encontra-se em total CONTRADIÇÃO com o objeto fim do PAT e a suas notas técnicas (Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, Portaria do MTE nº 1.287/17, Nota Técnica nº 45/2018 do DIPAT/CGFIP/DSST/SIT/MTB, e a Instrução Normativa do MTE nº 137/17). Ademais, ignorar a eficácia das normas supra é violar premissa constitucional elementar esculpido nos artigos 5º, II c/c 37, ambos da CF/88, *in verbis*:

CF, Art. 5º, II:- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa **senão em virtude de lei**;

CF, Art. 37: A **administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

PAT/ Decreto 05/1991, Art. 4º (...):

Parágrafo único. A pessoa jurídica beneficiária será **responsável por quaisquer irregularidades** resultantes dos programas executados na forma deste artigo.

PORTARIA Nº 1.287/17: Art. 1º - No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador, **é vedada** à empresa prestadora a adoção de **práticas comerciais** de cobrança de **taxas de serviço negativas** às empresas beneficiárias, sobre os valores dos créditos vinculados aos documentos de legitimação.

Sobre a impossibilidade de se interpretar uma norma-regra de maneira a conflitar com uma norma-princípio, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que:

violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer; a desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos; **é a mais grave forma de ilegalidade ou**

inconstitucionalidade;[...] subversão de seus valores fundamentais insurgência contra todo o sistema [...]; contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra; isso porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se a toda a estrutura nelas esforçada .

Portanto, torna-se urgente a revogação dos itens “1.1.1, 9.1.1 e 9.2” do edital, pois, violam o princípio constitucional da RESERVA LEGAL, obrigando assim a Administração a anular os atos administrativos por ela exarados neste particular.

**3.B - DA ARDILOSA PRÁTICA DE TAXA NEGATIVA E O SEU REFLEXO
PREJUDICIAL AO ERÁRIO:**

Neste particular é forçoso aduzir que a **TAXA NEGATIVA** é na verdade uma prática comercial criada pelas grandes empresas (estrangeiras) ao argumento de trazer maior “economia” aos cofres públicos, quando na verdade tem por escopo:

- (I) exercer **domínio de mercado** excluído da livre concorrência à competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras, em flagrante prática de formação de monopólio econômico;
- (II) **fraudar** ao conceder “desconto” quando na verdade é razoável prever que nenhuma empresa irá de fato entregar mais do que foi cobrado, ou seja, posteriormente **será repassado este “abatimento” aos estabelecimentos credenciados** (supermercados, padarias, restaurantes etc), que, por conseguinte **irão repassar a “dedução” ao consumidor final**, seja ele o próprio usuário do cartão e pior, todos os demais consumidores, cerceando assim o poder de compra de toda sociedade.

Além disso, especificamente no ramo de vale alimentação e refeição, há de ser observada a regra da Lei nº 6.321/76 que regulamenta o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) que concede as empresas que contratam os serviços da administradora de cartões **direito a isenção de encargos sociais (INSS e FGTS)** sobre o valor do benefício concedido. Além disso, é permitido como forma de incentivo fiscal no imposto de renda pelo lucro real, contar com a **dedução** do valor cedido, limitado a 4% do imposto devido.

Ocorre que foi observado pelos órgãos de fomento do governo federal que a prática de taxas negativas estava por **prejudicar o “poder de compra” dos trabalhadores**, ferindo assim toda premissa legal do PAT e, por este motivo foi editado a Portaria nº 1.287/17 do MTE (agora vinculado ao Ministério da Justiça) que passou a proibir à prática comercial de cobrança de taxa de serviço negativa, estabelecendo como punição o **descredenciamento** no PAT das empresas beneficiadas.

Desta forma, resta evidente que incorre em **risco econômico** toda empresa que concede vale refeição ou alimentação e que exerça conduta comercial contrária aos dispositivos legais acima apontados, pois **o descredenciamento no PAT** irá gerar considerável **aumento nos encargos da folha** do INSS, FGTS e IRPJ.

3.C - DA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

Sobre IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, a Lei nº 8.429/92 é clara ao definir ato atentatório à Administração Pública, *in verbis*:

Lei 8.429/92, Art. 11: **Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer**

ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, **legalidade**, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - **praticar ato** visando fim **proibido em lei** ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

Em complemento, dispõem os §§ 4.º e 6.º do artigo 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

CF, Art. 37, § 4º: Os **atos de improbidade** administrativa importarão a **suspensão dos direitos políticos**, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o **ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Qualquer **ENTE PÚBLICO** da administração direta ou indireta ao admitir em suas licitações e contratos a **prática de taxa negativa** pode ser configurada como **improbidade administrativa**, pois **TODO VALOR FORNECIDO** a título de auxílio alimentação ou refeição, sem que a empresa contratada seja registrada no PAT, será incorporada a base de cálculo do salário do beneficiado, **O QUE IRÁ GERAR UM ENORME PASSIVO AO ERÁRIO**.

Sobre essa temática, colacionamos o entendimento consolidado do TST em sua **súmula 241** e na OJ (Orientação Jurisprudencial) nº 133 da SDBI I, *in verbis*:

SÚMULA 241: SALÁRIO-UTILIDADE. ALIMENTAÇÃO - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

“OJ- SDI 1 TST- OJ Nº 133: AJUDA ALIMENTAÇÃO. PAT. LEI Nº 6.321/76. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.”

A pessoa jurídica de direito público que se utiliza deste expediente, na qualidade de empresa beneficiária, não pode aceitar que empresas prestadoras e, que forem credenciadas junto ao PAT, façam ofertas licitatórias em desacordo com a Portaria MTE nº 1.287. Portanto, a legislação deve ser seguida em sua integralidade, sob pena, de incorrer em improbidade administrativa.

Ademais a Lei nº 6.088/74, em seu artigo 12º aduz que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF deverá aplicar em seu regime jurídico de pessoal a legislação trabalhista.

Art 12. O regime jurídico do pessoal da CODEVASF será o da legislação trabalhista.

Portanto, admitir a manutenção dos itens “1.1.1, 9.1.1 e 9.2” do edital que autoriza a taxa negativa em seus contratos, além de violar as regras impostas em toda legislação do

PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), inobstante enquadrar-se também em IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

**3.D - DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E O CONTROLE JUDICIAL DO
MOTIVO DO ATO ADMINISTRATIVO:**

Ademais, é mister frisar que o equivocado entendimento do TCU e da malfadada “liminar” judicial proferida por juiz de primeiro grau, *data máxima vênia*, **NÃO TEM POR SI SÓ A JURISDIÇÃO E A FORÇA VINCULANTE CAPAZ DE ANULAR A EFICÁCIA** das normas legais que regulamentam o PAT (Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, Portaria do MTE nº 1.287/17, Nota Técnica nº 45/2018 do DIPAT/CGFIP/DSST/SIT/MTB, e a Instrução Normativa do MTE nº 137/17).

Se assim fosse, estaríamos diante de flagrante violação dos poderes, **POIS NÃO CABE AO R. TRIBUNAL E/OU A UM JUIZ SINGULAR LEGISLAR** e, sim auxiliar a administração pública no estrito e fiel cumprimento da norma posta (inciso II, do Art. 5º e do Art. 37, ambos da CF/88).

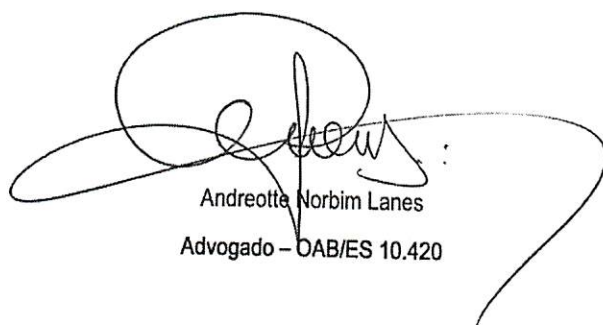
04- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS:

Isto posto e preenchidos os requisitos legais, **PUGNA A PETICIONANTE** pelo recebimento da presente impugnação para que seja processada e julgada por este d. Pregoeiro, **exercendo o juízo de mérito e de retratação**, conforme prescreve o Art. 41 da Lei 8.666/93, para que seja excluída a previsão de aceitação de Taxa Negativa do edital ora impugnado, conforme os fundamentos acima apresentados.

Requer, por fim, que sejam as intimações e publicações efetuadas em nome do advogado ANDREOTTE NORBIM LANES, OAB/ES 10.420 (endereço infra impresso nesta peça e na procuração).

Nestes Termos
Pede Deferimento.

De Vitória-ES para Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2019.



Andreotte Norbim Lanes
Advogado – OAB/ES 10.420



Livia Toscano Campo Dal'Orto Machado
Advogada – OAB/ES 24.160



Flávio Figueiredo Assis
Representante Legal
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ: 19.207.352/0001-40



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
R. PIAUI 100 - JARDIM SÃO CARLOS - FLORESTA - RECIFE - PE
CEP 51.040-000 - Fone: (51) 3244.5004 - Fax: (51) 3244.5004
E-MAIL: cartorio@azevedobastos.com.br
CNPJ 06.879.033/0001-01

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo deste ato, o mesmo e verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 95180509180826450838-1; Data: 05/09/2018 08:30:23

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHL65816-VVXE;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tpbjujus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
POLÍCIA CIVIL	
SPIC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
 Polegar Direito	
 FACA FÁCIL CARIÓTIPO	
ASSINATURA DO TITULAR	
CARTeira DE IDENTIDADE	
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	842.010 - ES
NOME	FLAVIO FIGUEIREDO ASSIS
FLAVIÃO	FRANCISCO BODEVAN DE ASSIS E ELZA MARIA DE FIGUEIREDO ASSIS
NATURALIDADE	GUACUIRES
DOB: CHIEGA	
CERT. CAS.	021733.01.55.2016.2.00091.264.0023764.89
E V AMORIM - VITÓRIA - ES -	18.06.2016
CPF	003.465.497-60
ASSINATURA DO DIRETOR	1426
LEI Nº 7.116 DE 29/09/83	
PROIBIDO PLASTIFICAR	

PROC/FL 15
59500.000308/19-85
PROT0000-SEDE

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40, com sede na Rua Fortunato Ramos, nº 245, sls 1207/08, Vitória-ES, CEP.: 29.056-020


PROC/FL 16
59500.000308/19-85
PROTOCOLO-SEDE

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, o(a) OUTORGANTE concede a **ANDREOTTE NORBIM LANES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB, Seção do Estado do Espírito Santo sob o nº. 10420, e **LÍVIA TOSCANO CAMPO DALL'ORTO MACHADO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB, Seção do Estado do Espírito Santo sob o nº. 24.160, ambos com endereço profissional na Rua Fortunato Ramos, nº 245, sala 503, Vitória-ES, CEP.: 29.056-020, Tel: (27) 99999-9916, amplo poderes *ad juditia et extra* nos termos da Lei n.º 8.906/94 c/c Artigos 103 e 105, ambos do CPC, para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Além disso, amplos poderes para promover a participação da empresa outorgante em licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, representações, recurso administrativo, protestos, prestar cauções, levantá-las, transigir, desistir, nomear representante e/ou procurador para certame licitatório de qualquer natureza, e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato extrajudicial.

Vitória (ES), 25 de janeiro de 2019.

OUTORGANTE:


Flávio Figueiredo Assis
Representante Legal
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ: 19.207.352/0001-40